

## **CALMON, Miguel**

\*dep. fed. BA 1906; min. Ind. Viação e Obras Públ. 1906-1909; dep. fed. BA 1912-1913 e 1921-1922; min. Agric. Ind. e Com. 1922-1926; sen. BA 1927-1930.

*Miguel Calmon du Pin e Almeida* nasceu em Salvador no dia 18 de setembro de 1879, filho de Antônio Calmon du Pin e Almeida e de Maria dos Prazeres de Góis Calmon, descendentes de antigas famílias de proprietários rurais na região do Recôncavo Baiano. Seu pai pertenceu ao corpo de engenheiros navais da Marinha e encerrou a carreira como contra-almirante no início da República. Seu tio-avô Miguel Calmon du Pin e Almeida (1792-1865), o marquês de Abrantes, foi deputado geral e senador pela Bahia, diplomata, ministro da Fazenda e ministro dos Estrangeiros no Império. Outro tio, também chamado Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), foi desembargador e presidente da província do Rio Grande do Sul em 1886. Seus dois irmãos mais velhos, Antônio e Francisco, destacaram-se como importantes figuras da elite política e econômica da Bahia durante a Primeira República: Antônio Calmon du Pin e Almeida (1870-1931) foi deputado federal e Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932) exerceu os cargos de presidente do Banco Econômico da Bahia e governador do estado entre 1924 e 1928.

Miguel Calmon frequentou o Colégio 7 de Setembro, em Salvador, completando os estudos de humanidades em 1894. No ano seguinte mudou-se para Niterói (RJ) e fez as provas preparatórias para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Durante o curso de engenharia na Politécnica, foi influenciado pela leitura de Auguste Comte e pela orientação positivista de vários de seus professores. Consta que chegou a ingressar no Apostolado Positivista nos tempos de estudante. Anos mais tarde, o escritor Lima Barreto, seu contemporâneo na Politécnica, assumiu posição francamente hostil a Calmon. “Ele nada fez nem naquilo que estudou, nem naquilo que pretendeu”, escreveu o romancista em crônica publicada no semanário carioca *ABC*, lamentando “a ideia que, no Brasil, se tem das coisas da inteligência” e o culto “aos diplomados, distintos e enfeitados com medalhinhas de solenidade de escola” (“O ideal do Bel-Ami”, 25 de novembro de 1916).

Formado em engenharia em 1900, Miguel Calmon regressou à Bahia para assumir a direção da serraria de seu pai, recém-falecido. Nomeado professor da Escola Politécnica da Bahia no ano seguinte, ganhou notoriedade com a monografia *Aplicações industriais do álcool*, apresentada à 1ª Conferência Açucareira do Brasil, realizada em Salvador em junho de 1902. Nesse trabalho, defendeu a concessão de prêmios e incentivos fiscais ao barateamento da produção do álcool e sua utilização como fonte energética (motores a combustão, iluminação etc.), citando experiências bem-sucedidas na França e na Alemanha e tendo em conta a crise da economia açucareira no país.

Em setembro de 1902, assumiu seu primeiro cargo público. Por designação do governador Severino Vieira, ocupou o posto de secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do estado da Bahia, em substituição ao engenheiro José Joaquim Rodrigues Saldanha, candidato da chapa situacionista às eleições para a Câmara dos Deputados. Chefiou a Secretaria da Agricultura durante quatro anos, colaborando com Severino Veira até o final de seu mandato em maio de 1904 e a seguir com José Marcelino nos dois primeiros anos de seu quadriênio. Uma de suas primeiras iniciativas como secretário foi a criação do *Boletim da Agricultura* para divulgação de atos oficiais, memórias técnicas e dados estatísticos sobre o comércio e a produção agrícola do estado. Em 1903, ano de lançamento do boletim, representou a Bahia no Congresso de Aplicações Industriais do Álcool, realizado no Rio de Janeiro.

O jovem secretário encampou as propostas de “modernização agrícola”, formuladas pela recém-fundada Sociedade Baiana de Agricultura. Promoveu exposições, concedeu prêmios e favores aos plantadores de novas espécies e ampliou o Campo de Viticultura de Juazeiro. Em fevereiro de 1905, criou o Instituto Agrícola da Bahia, com o objetivo de difundir o ensino profissional agrícola no estado “na proporção das necessidades de suas várias zonas e na medida dos recursos orçamentários”. Com a criação do instituto, o governo estadual assumiu com exclusividade a gestão da antiga Escola Agrícola da Bahia, reformulando seu ensino e abrindo curso para formação de trabalhadores rurais.

Miguel Calmon também reorganizou o Serviço de Terras e Minas do Estado da Bahia,

convidando para dirigi-lo o geólogo norte-americano Orville Derby que, ao lado de outros estrangeiros, realizava pesquisas no Brasil desde os tempos da Comissão Geológica do Império. Derby permaneceu à frente do órgão durante três anos, realizando novas investigações sobre a ocorrência de manganês e diamantes na Bahia.

Em março de 1905, Calmon participou da 2ª Conferência Açucareira do Brasil, realizada em Recife, e foi escolhido para chefiar uma missão de estudos sobre os métodos de cultura da cana-de-açúcar e outros produtos tropicais no Oriente. Partiu em junho do mesmo ano, visitou o Egito, a Índia, Cingapura, Java e Sumatra, retornando ao país seis meses mais tarde. Entre os resultados importantes dessa viagem, merecem destaque a contratação do professor Leo Zehntner para a direção do Instituto Agrícola da Bahia e um extenso relatório sobre o progresso da produção da borracha asiática.

#### MINISTRO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Em janeiro de 1906, recém-chegado da missão no Oriente, Miguel Calmon foi eleito deputado federal, obtendo a maior votação entre os candidatos da lista organizada pelo Partido Republicano da Bahia (PRB). Sua candidatura contou com o apoio de José Marcelino e de Severino Vieira, este eleito senador juntamente com Rui Barbosa e Artur Rios. Dois meses depois, o mineiro Afonso Pena foi eleito sucessor do presidente Rodrigues Alves, tendo como companheiro de chapa o ex-presidente do estado do Rio de Janeiro Nilo Peçanha.

Na Câmara, Calmon destacou-se como um dos principais adversários do Convênio de Taubaté, firmado pelos presidentes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em fevereiro de 1906, com o objetivo de promover a valorização do café. De seu ponto de vista, a intervenção no mercado do café, nos termos propostos pelo convênio, beneficiaria exclusivamente São Paulo, impondo pesado ônus à economia nacional, e o eventual êxito do programa valorizador estimularia a concorrência estrangeira, ameaçando a supremacia da produção nacional. A participação da União no esquema de valorização do café foi aprovada pelo Congresso em agosto, não obstante a oposição aguerrida de Calmon e de um

punhado de deputados e senadores, eleitos na sua maioria pelo Distrito Federal e por estados do Nordeste.

Calmon também atuou como presidente da comissão parlamentar que analisou os problemas da produção da borracha na Amazônia, recomendando o cultivo racional das seringueiras em substituição às formas de exploração vigentes. Além do relatório sobre sua viagem ao Oriente, que teve grande repercussão na imprensa, apresentou projeto de lei em favor da concessão de terras e isenção de impostos de exportação para os plantadores de seringueiras. Essas e outras medidas similares foram debatidas pelo Congresso nos anos seguintes, sem consequências de ordem prática.

Em novembro de 1906, no início do governo Afonso Pena, renunciou ao mandato de deputado para assumir o cargo de ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Era sabido que a Bahia teria um representante no ministério do novo governo, mas a escolha de Calmon foi até certo ponto surpreendente, em decorrência de sua relativa inexperiência política e de sua posição nos debates sobre o Convênio de Taubaté.

Vale ressaltar que Afonso Pena, embora comprometido com o programa de valorização do café, também queria limitar a influência política de São Paulo e do senador gaúcho Pinheiro Machado, principal fiador de sua candidatura à sucessão de Rodrigues Alves. Foi com esse objetivo que o presidente alçou ao poder uma jovem frente ministerial e parlamentar, conhecida como “jardim de infância”, de precoce inserção na vida pública nacional. Calmon foi um dos integrantes desse grupo, juntamente com os ministros Davi Campista (Fazenda) e Augusto Tavares de Lira (Justiça), o deputado mineiro Carlos Peixoto de Melo Filho, eleito presidente da Câmara em maio de 1907, o deputado gaúcho James Fitzgerald Darcy, líder da maioria, e outros parlamentares. Além do presidente da República, o grupo contava com forte apoio do governador mineiro João Pinheiro.

Consta que o presidente compôs o ministério sem consulta prévia às lideranças tradicionais dos principais estados da Federação. De todo modo, Calmon só aceitou o convite após ouvir os chefes e amigos do PRB, notadamente José Marcelino, Severino Vieira e Rui Barbosa.

Miguel Calmon foi o mais jovem ministro de toda a Primeira República. Sucessor de Lauro Müller no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, foi também o último titular desta pasta, que em 1909 seria desdobrada em dois ministérios. Entre os marcos importantes de sua gestão, merecem destaque a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, do Serviço de Povoamento do Solo Nacional e da Caixa Especial de Portos, a ampliação da rede ferroviária e telegráfica, o programa de açudagem no Nordeste, as obras de abastecimento d'água da capital federal e a realização da Exposição Nacional de 1908, comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos do Brasil.

Fundado em janeiro de 1907 sob a direção de Orville Derby, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil contribuiu para o avanço dos estudos que confirmaram a existência das imensas reservas de ferro na região central de Minas Gerais. Cumpre assinalar que os melhores e maiores depósitos de minério de ferro nessa região seriam adquiridos por grandes empresas estrangeiras após a apresentação do relatório de Orville Derby sobre as jazidas do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais no Congresso Internacional de Geologia realizado em Estocolmo em 1910.

Calmon não chegou a tomar nenhuma iniciativa para rever a legislação de minas e o preceito constitucional que assegurava direitos integrais de propriedade do subsolo ao proprietário do solo. Entretanto, a seu pedido, o jurista mineiro Alfredo Valadão redigiu o projeto de Código de Águas, tendo em conta o crescente aproveitamento das quedas d'água para a produção de energia elétrica no país. Encaminhado ao Congresso em dezembro de 1907, o projeto de Código de Águas buscou regulamentar a propriedade e o aproveitamento das águas em geral, ampliando o domínio público sobre as águas correntes. O debate sobre a matéria começaria apenas em 1911, prolongando-se até 1923, quando o projeto foi engavetado na Câmara.

A criação do Serviço de Povoamento do Solo Nacional em abril de 1907 (Decreto nº 6.455) devolveu à União um controle maior sobre a imigração e a colonização. O objetivo principal era atrair imigrantes para núcleos coloniais existentes ou em vias de constituição. A intenção de criar uma pequena classe de proprietários rurais (colonos) era bastante

evidente: somente em casos excepcionais o governo subsidiaria a vinda de imigrantes interessados em trabalhar meramente como assalariados. Subvencionado pelo governo federal, o movimento imigratório retomou impulso em 1908, com a chegada de 94 mil imigrantes, permanecendo em alta até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Vários núcleos coloniais foram fundados mediante acordos com os governos estaduais, empresas de viação férrea, companhias e associações particulares.

A rede ferroviária brasileira teve um acréscimo de 2.300 km de linhas, correspondentes a 12% da extensão total existente no final de 1909. Diversas obras foram retomadas ou iniciadas sob o comando do empresário norte-americano Percival Farquhar, personagem também conhecido por outros investimentos em infraestrutura no país (energia elétrica, portos, navegação). Fundador da *holding* Brazil Railway Company, Farquhar assumiu o controle das concessões para a implantação e exploração de várias ferrovias, como a Madeira-Mamoré e a São Paulo-Rio Grande, mediante contratos avalizados por Calmon. De acordo com a legislação vigente, os contratos garantiam subvenções do governo federal por quilômetro de linha implantado e o pagamento de juros sobre os investimentos.

As relações do ministro com o empresário norte-americano parecem ter sido pontuadas por divergências, a julgar pelas referências negativas a Calmon na encomiástica biografia de Farquhar escrita por Charles Gauld. É sabido que Farquhar alongou o traçado da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande no trecho catarinense, evitando a construção de pontes e túneis e faturando mais com a quilometragem suplementar. Na versão de Gauld, o empresário tentou liberar mais dinheiro “para uma construção de qualidade” e convencer o ministro a modificar o contrato da São Paulo-Rio Grande.

A construção da rede telegráfica nacional prosseguiu sob a direção do então major Cândido Mariano da Silva Rondon, nomeado engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, no início do governo Afonso Pena.

No plano político, Calmon deu importante respaldo ao governador José Marcelino, mobilizando o apoio do governo federal à candidatura vitoriosa de Araújo Pinho às eleições

de 1908 para a chefia do Executivo baiano. A disputa sucessória colocou em campos opostos os partidários do governador e do senador Severino Vieira, patrono da candidatura do deputado federal Inácio Tosta. A cisão entre os dois principais chefes do PRB teve um impacto de longo alcance na política baiana, favorecendo a posterior ascensão de José Joaquim Seabra ao governo estadual.

A gestão de Miguel Calmon no ministério durou pouco mais de dois anos e meio, encerrando-se em 14 de junho de 1909, em decorrência do falecimento de Afonso Pena. A morte do presidente assinalou o fim da experiência de poder do grupo do “jardim da infância”, liquidando as chances da candidatura de Davi Campista à sucessão presidencial de 1910. Patrocinado por Afonso Pena, o nome do ministro da Fazenda sofrera o veto informal das principais lideranças do Partido Republicano Mineiro (PRM), do ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, também postulante ao cargo, e de outras personalidades, entre as quais Rui Barbosa. A questão sucessória desestabilizou o governo Afonso Pena: em maio de 1909, o deputado Carlos Peixoto renunciou à presidência da Câmara e Hermes da Fonseca pediu demissão do Ministério da Guerra, afirmando sua candidatura à presidência da República.

Calmon deixou o governo no mesmo dia da posse de Nilo Peçanha no lugar de Afonso Pena. De imediato, a pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas foi desdobrada nos ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio e da Viação e Obras Públicas, entregues aos engenheiros Cândido Rodrigues e Francisco Sá.

Em agosto de 1909, casou-se com Alice de Porciúncula, filha do rico estancieiro gaúcho Simão de Porciúncula e prima do deputado federal Ildefonso Simões Lopes. Embarcou para a Bahia e, em seguida, para a Europa, ficando à margem da disputa entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa pela sucessão presidencial. Seu irmão Antônio Calmon tomou o partido de Hermes da Fonseca, que foi eleito sem dificuldade, não obstante a grande repercussão da Campanha Civilista de Rui junto às classes médias urbanas.

NA LIGA DA DEFESA NACIONAL E NA CAMPANHA DE RUI BARBOSA EM 1919

Miguel Calmon regressou ao país em novembro de 1910, no início do governo Hermes da Fonseca, e foi eleito deputado federal pela Bahia em janeiro de 1912. Ocupou a tribuna da Câmara só uma vez para defender o projeto de sua autoria relativo à criação de escolas profissionalizantes no Distrito Federal e em cada um dos estados. O projeto não foi adiante, pois teve o crédito recusado no orçamento. Ainda em 1912, assumiu a vice-presidência da Sociedade Nacional de Agricultura.

Exerceu o mandato de deputado federal até setembro de 1913, quando viajou novamente à Europa. Estava na Suíça em julho de 1914, quando teve início a Primeira Guerra Mundial, e teve a oportunidade de visitar algumas localidades francesas destruídas pela ofensiva alemã nos primeiros meses do conflito. De volta ao país em meados de 1915, pronunciou várias conferências sobre a guerra e suas lições para o Brasil, engajando-se na campanha liderada pelo poeta e jornalista Olavo Bilac em defesa do serviço militar obrigatório.

Juntamente com Olavo Bilac e o jurista Pedro Lessa, foi um dos idealizadores da Liga da Defesa Nacional, fundada em setembro de 1916, no Rio de Janeiro. Constituída com o objetivo de “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, a Liga recebeu o apoio do Exército e da Igreja Católica, ajudando a popularizar a ideia do serviço militar obrigatório como escola de cidadania. Calmon integrou a comissão executiva da Liga, ajudou a financiar suas atividades, em especial as viagens de Olavo Bilac pelo país, alistou-se no Tiro de Guerra e chegou a desfilar fardado de reservista na avenida Rio Branco, no centro da capital federal. Também participou das atividades da Liga Brasileira pelos Aliados, entidade fundada e presidida por Rui Barbosa, que moveu intensa campanha pela entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha, consumada tardiamente em outubro de 1917, após o afundamento de navios mercantes brasileiros. Integrou finalmente o conselho da Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em janeiro de 1918 pelo médico sanitário Belisário Pena, em sessão pública da Sociedade Nacional de Agricultura.

Em 1919, retomou a atividade política, participando da segunda campanha presidencial de Rui Barbosa. Esteve numa série de atos públicos no Rio de Janeiro e em Salvador ao lado



do senador baiano. Em discurso no Centro Operário da Bahia, defendeu o direito de organização dos trabalhadores, apresentando Rui Barbosa como “antena assaz elevada para receber as ondas de aspirações do proletariado, emitidas no estrangeiro, com a isenção e nitidez indispensáveis em quadra tão confusa”.

Concorrendo mais uma vez como candidato opositor, Rui foi derrotado por Epitácio Pessoa nas eleições de abril de 1919. Também fracassada foi sua mobilização contra a eleição de J. J. Seabra para um novo mandato no governo baiano. Em fevereiro de 1920, o presidente Epitácio Pessoa decretou a intervenção federal na Bahia, com o objetivo garantir a posse de Seabra e reprimir o movimento de “coronéis” no interior contra o governo estadual.

#### MINISTRO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Eleito presidente da Sociedade Nacional de Agricultura em abril de 1920, Miguel Calmon concorreu às eleições para a Câmara dos Deputados realizadas em fevereiro do ano seguinte. A exemplo das vezes anteriores, disputou as eleições no 1º Distrito da Bahia, que abrangia a capital e municípios do Recôncavo. Nessa altura, Rui Barbosa e os principais chefes opositores no estado já haviam acertado uma trégua política com J. J. Seabra.

Sem contestação, Calmon foi reconhecido e diplomado deputado. Assumiu o mandato em maio de 1921, compondo a minoria baiana na Câmara, ao lado de Otávio Mangabeira, Pedro Lago e João Mangabeira. De imediato, todos manifestaram apoio à candidatura presidencial de Artur Bernardes, previamente articulada pelos partidos republicanos de Minas Gerais e São Paulo. Embora adversário de J. J. Seabra, Calmon chegou a sugerir a indicação de seu nome como companheiro de chapa de Bernardes. Foi justamente a disputa pelo cargo de vice-presidente que provocou a união da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no movimento da Reação Republicana, que acabou por lançar a chapa opositora Nilo Peçanha – J. J. Seabra.

Dispondo de bom trânsito no Congresso, Calmon apresentou o projeto de criação da Caixa Reguladora do Açúcar, aprovado sem emendas em janeiro de 1922 e convertido na Lei nº

4.456. A entidade tinha por atribuição “fazer a propaganda do produto no exterior, incrementar a exportação e a fabricação de doces, confeitos e chocolates”, cobrando dos fabricantes uma taxa por saco de açúcar produzido. Tratava-se de uma tentativa de contrabalançar a crescente queda das exportações do açúcar, que não chegou entretanto a produzir qualquer efeito.

Em julho de 1922, votou a favor da decretação do estado de sítio no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, proposta pelo presidente Eptácio Pessoa e aprovada pela ampla maioria do Congresso, em consequência da revolta de jovens oficiais do Exército descontentes com a eleição de Artur Bernardes. Deflagrada no dia 5 de julho e imediatamente sufocada pelo governo, a revolta foi a primeira do ciclo de insurreições tenentistas dos anos 1920.

As antigas relações de Miguel Calmon com a política mineira e sua experiência como ministro no governo Afonso Pena parecem ter pesado na escolha de seu nome para a pasta da Agricultura, Comércio e Indústria no governo Bernardes. Vale ressaltar também sua relação bastante próxima com Rui Barbosa (que chegou a ser convidado para o Ministério das Relações Exteriores) e sua ligação com a Sociedade Nacional de Agricultura, entidade representativa dos grandes proprietários rurais. Não por acaso, antes de sua nomeação para o ministério, Calmon tinha sido incumbido de presidir a subcomissão dos congressos e conferências da exposição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro entre setembro de 1922 e abril de 1923.

Sucessor do engenheiro paulista José Pires do Rio na pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon chefiou o ministério durante os quatro anos do governo Artur Bernardes, iniciado em novembro de 1922. Bernardes governou o país em ambiente político tenso, marcado pela permanente ameaça revolucionária representada pelo movimento tenentista. Não hesitou em adotar medidas discricionárias contra seus opositores, governando praticamente sob estado de sítio. Além disso, apoiou aberta ou veladamente as oposições nos três estados que haviam dado sustentação ao movimento da Reação Republicana. Nesse contexto, Miguel Calmon veio a desempenhar importante papel

nas articulações para quebrar a hegemonia de J. J. Seabra na política baiana.

Em janeiro de 1923, com o apoio ostensivo do presidente e de Calmon, os principais dirigentes da oposição a Seabra fundaram a Concentração Republicana da Bahia (CRB). Para surpresa de seus próprios correligionários, Seabra tentou um acordo com a oposição, lançando a candidatura de Francisco Marques de Góis Calmon à sua sucessão. Tratava-se de um irmão mais velho do ministro, empresário bem-sucedido e que sempre vivera afastado da política.

No início de março, em meio a essas primeiras articulações, Rui Barbosa morreu em Petrópolis (RJ). Foi sepultado no Rio de Janeiro, com honras de chefe de Estado, conforme o cerimonial preparado por Miguel Calmon, e grande acompanhamento popular. A eleição para o preenchimento de sua vaga no Senado demonstrou a impossibilidade de acordo entre as duas facções que disputavam o poder na Bahia. O pleito ocorreu em julho e cada facção proclamou a vitória de seu candidato. Dispondo de completo domínio no Senado, o governo federal garantiu o reconhecimento da eleição de Pedro Lago, candidato da CRB. De imediato, os partidários de Seabra retiraram apoio à candidatura de Góis Calmon.

Miguel Calmon apoiou entusiasticamente a campanha de seu irmão para o governo da Bahia. A eleição ocorreu em janeiro de 1924 e, mais uma vez, os dois lados se proclamaram vencedores. Arlindo Leoni, candidato do Partido Republicano Democrático (PRD) e de Seabra, impetrou *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal (STF) para se empossar, enquanto a Assembleia oposicionista pedia a intervenção federal. Com base nesse pedido, Bernardes decretou o estado de sítio na Bahia, e o comandante da região militar deu posse a Góis Calmon em março de 1924.

A atuação de Miguel Calmon no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi marcada pela forte restrição dos gastos públicos imposta pelo presidente Bernardes. O quadro de pessoal e as dotações orçamentárias permaneceram reduzidos. A despesa total em 1926 foi menor do que a dotação da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Importa observar que a política do café estava desvinculada do Ministério da Agricultura, sendo conduzida principalmente pelos estados cafeeiros, com o frequente envolvimento da

pasta da Fazenda. O Ministério da Agricultura ocupava-se de todos os outros produtos agropecuários. Mesmo assim, como assinalou Charles Müller, continuava um ministério de segunda linha. Sua estrutura administrativa e órgãos técnicos não sofreram maiores alterações na gestão de Calmon. Merecem destaque a criação do Museu Agrícola e Comercial, da Diretoria-Geral da Propriedade Industrial e do Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo chamado a ocupar-se de questões como a jornada de trabalho, os sistemas de remuneração, contratos coletivos e acidentes de trabalho.

#### NO SENADO

A sucessão de Artur Bernardes, apesar da tensão causada pelas rebeliões tenentistas, foi das mais tranquilas da Primeira República. Em março de 1926, sem enfrentar concorrentes, Washington Luís e Fernando de Melo Viana, governadores de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, foram eleitos presidente e vice-presidente da República. Miguel Calmon e Góis Calmon chegaram a ser cogitados para a vice-presidência na fase de articulação da chapa oficial, mas tiveram de ceder lugar a Melo Viana.

Em novembro de 1926, com a passagem do poder para o novo presidente, Miguel Calmon transmitiu a chefia do Ministério da Agricultura para o médico paulista Geminiano Lira Castro. Viajou em seguida para Salvador, sendo aclamado presidente do PRB, reorganizado em janeiro de 1927. O novo partido buscou acomodar os interesses de diferentes facções políticas do estado, notadamente a calmonista, ligada à família Calmon, e a mangabeirista, liderada pelo deputado João Mangabeira e seu irmão Otávio Mangabeira, recém-conduzido ao posto de ministro das Relações Exteriores.

A trajetória do PRB seria marcada por frequentes disputas entre as duas facções. A primeira divergência surgiu a propósito da participação de ex-seabristas no partido, patrocinada pelos calmonistas. Com a mediação do presidente da República, Miguel Calmon e Otávio Mangabeira firmaram um compromisso sobre a composição da comissão executiva do PRB e das chapas para as próximas eleições na Bahia, ficando acertadas as indicações de Calmon para o Senado e de Vital Soares para o governo estadual.

Miguel Calmon enfrentou o ex-governador J. J. Seabra no pleito de fevereiro de 1927, sendo declarado vencedor pela junta eleitoral do estado, com ampla vantagem. Seabra não se deu por vencido. Recorreu à comissão de verificação de poderes do Senado, contestando a elegibilidade do candidato do PRB, em virtude de seu parentesco com o governador. Em maio de 1927, com parecer favorável do senador Paulo de Frontin, a eleição de Miguel Calmon foi reconhecida por 37 votos contra 10.

Em dezembro de 1927, o ex-ministro fez um longo discurso no Senado, defendendo-se das acusações de ter sido o responsável pelas mortes de numerosos presos políticos na colônia agrícola de Clevelândia, situada perto da fronteira com a Guiana Francesa, em área atualmente pertencente ao estado do Amapá. De fato, por sugestão de Calmon, a colônia recebera entre 1924 e 1925 centenas de militares rebeldes, militantes anarquistas e criminosos comuns. Os presos foram submetidos a duras condições de sobrevivência, sendo vítimas de violência policial, epidemias e fome. Calmon sustentou que o local oferecia boas condições sanitárias, afirmando que o elevado número de óbitos não tinha sido provocado por maus tratos, mas pela disenteria bacilar contraída por militares rebeldes nas trincheiras de Catanduvás, no Paraná.

Miguel Calmon foi escolhido presidente da Comissão de Poderes do Senado em maio de 1928. No ano seguinte, acatou a candidatura do presidente de São Paulo Júlio Prestes às eleições presidenciais de 1930. Seguiu a posição da grande maioria do PRB, que optou pelo apoio à chapa situacionista, da qual o próprio governador baiano, Vital Soares, participava como candidato a vice-presidente.

Indicado por Washington Luís, o nome de Júlio Prestes foi endossado pelas forças políticas dominantes na maioria dos estados, com exceção de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Em agosto de 1929, os líderes dos três estados oposicionistas formaram a Aliança Liberal, com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e de João Pessoa, da Paraíba, respectivamente à presidência e vice-presidência da República. No mês seguinte, Miguel Calmon participou da convenção que homologou a chapa situacionista, sendo incumbido de viajar a São Paulo para comunicar a

decisão ao presidente do estado.

As eleições de março de 1930 deram afinal a vitória a Júlio Prestes, como já era esperado. Getúlio Vargas denunciou a ocorrência de fraudes e violências no processo eleitoral e, estimulado pelos líderes mais jovens da Aliança Liberal, passou a considerar a hipótese de chegar ao poder pela via revolucionária. Em junho, quando a conspiração oposicionista já estava em andamento, as principais facções do PRB se reuniram em Salvador para debater a sucessão de Vital Soares. O partido estava dividido entre as candidaturas de Miguel Calmon e de Ernesto Simões Filho, proprietário do jornal *A Tarde*, e nome preferido do governador e vice-presidente eleito da República. O presidente Washington Luís interferiu na disputa, avalizando a escolha do senador Pedro Lago, que foi eleito governador da Bahia em setembro do mesmo ano.

Miguel Calmon encontrava-se no Rio de Janeiro em outubro de 1930, quando irrompeu o movimento revolucionário liderado por Vargas. No final do mês, em meio às comemorações populares na capital federal pela vitória da revolução, asilou-se na residência do ministro da Romênia, viajando em seguida para a Europa. Teve o mandato de senador interrompido, em virtude da dissolução dos órgãos legislativos do país, e chegou a ser indiciado pela Junta de Sanções, órgão de justiça revolucionária criado pelo governo provisório de Vargas. Em novembro de 1931 regressou ao país, com a saúde debilitada. Não voltou a exercer atividade política.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 25 de fevereiro de 1935. Não deixou filhos. No ano seguinte, sua coleção de objetos de arte foi doada pela viúva Alice ao Museu Histórico Nacional e instalada em sala especial da instituição no Rio de Janeiro.

Várias monografias, conferências e discursos de Miguel Calmon foram publicados, entre os quais *Aplicações industriais do álcool* (1902), *Produção e comércio do café* (1906) e *Fatos econômicos* (1913), além da antologia *Idéias econômicas de Miguel Calmon* (1980), organizada por Francisco de Assis Barbosa. Sobre sua trajetória, foi publicado o livro *Miguel Calmon: uma grande vida* (1983), escrito por seu sobrinho Pedro Calmon Moniz de

Bittencourt (1902-1985), historiador, deputado federal pela Bahia (1935-1937), reitor da Universidade do Brasil (1948-1966) e ministro da Educação e Saúde (1950-1951).

Em sua família, também se destacaram os sobrinhos Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, deputado federal pela Bahia (1959-1962) e ministro da Fazenda (1962-1963), e Nicolau Calmon Muniz de Bittencourt, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça da Bahia.

*Paulo Brandi*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, R. *Sangue*; ALMEIDA, M. *Idéias*; BARRETO, L. *Toda*; CALMON, P. *Miguel*; CAMPOS, Z. *Doce*; CUNHA, O; GOMES, F. *Quase-cidadão*; *Diário do Congresso Nacional* (ano 38,n.25, maio 1927, p. 719-728); *Dicionário histórico-biográfico*; FAQUIN, G. *Políticos*; FERREIRA, M. *Tarde*; FRANCO, A; QUADROS, J. *História* (v.5); GAULD. C. *Farquhar*; GOMES, A; DIAS, J; MOTTA, M. *Engenheiros*; GONÇALVES, J. *Enterrando*; *Governo presidencial*; MEIRELLES, D. *Noite*; *Mineração* ; MIN. IND, VIAÇÃO OBRAS PUB. *Relatório* (1907-1909);MOTOYAMA, S. *Prelúdio*; MÜELLER, C. *Das oligarquias*; OLIVEIRA, M. *Origens*; PANG, E. *Coronelismo*; PETRONE, M. *Imigração*; SOUZA , M. *Processo*; VILLELA, A; SUZIGAN, W. *Política*.